

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 19/07/2016

- *Recém-nascidos no Rio já sairão da maternidade com carteira de identidade*
- *Conheça o Movimento SP Invisível, que mobiliza o olhar para a situação de rua na cidade*
- *Parlamento catarinense sedia seminário sobre adoção*
- *Seminário debate papel de Grupos de Apoio à Adoção e perfil de abrigados*
- *Os avós podem ser obrigados a bancar a pensão do meu filho?*
- *Salgueiro: MPPE promove em 10/08 encontro regional sobre saúde mental de crianças e adolescentes*
- *MPPE e secretários municipais de Educação debatem resultados do projeto Abraçando a Escola*
- *Justiça Restaurativa é tema de curso da Escola Nacional da Magistratura*
- *Sem estrutura, Vara da Infância e Juventude acumula 4 mil processos*

Assunto: Recém-nascidos no Rio já sairão da maternidade com carteira de identidade

Fonte: Agência Brasil

Data: 18/07/2016



Douglas Corrêa - Repórter da Agência Brasil

Os recém-nascidos no Rio de Janeiro já sairão da maternidade com o número da carteira de identidade na certidão de nascimento. O dado é emitido pelo Detran, em parceria com a seção estadual da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen) e a Coordenadoria Geral da Justiça. A iniciativa é inédita no país. O projeto piloto foi lançado na maternidade Perinatal, em Laranjeiras, zona sul do Rio.

Com a medida, a certidão de nascimento terá a identificação civil e o CPF, que já era incluído no documento. Pelo convênio, os bancos de dados do Detran e da Arpen estarão integrados para que os cartórios informem os dados do bebê e gerem um pré-registro de identificação civil.

No futuro, quando for solicitado o documento de identidade da criança, as informações dela já estarão no sistema do Detran.

De acordo com o diretor de Identificação do Detran, Márcio Bahiense, o convênio faz parte de projetos para erradicar o sub-registro de crianças no estado.

"Com a identificação civil, esses bebês estarão no nosso banco de dados. Depois, os pais poderão fazer a carteira de identidade deles com essa nova certidão de nascimento. Hoje, a burocracia está à disposição do bebê", informou Bahiense.

Identidade

O projeto faz parte da lista de ações do Detran no campo da identificação civil, que já conta com o Novo Cidadão, lançado há dois anos. Por meio do programa, maternidades conveniadas já emitem a carteira de identidade dos recém-nascidos.

O Novo Cidadão atende a oito maternidades públicas estaduais, duas da Secretaria de Saúde do Rio e unidades particulares cadastradas no Sistema Único de Saúde (SUS), com mais de 100 partos por mês. Cerca de 20 mil bebês já foram beneficiados.

Assunto: Conheça o Movimento SP Invisível, que mobiliza o olhar para a situação de rua na cidade

Fonte: Promenino

Data: 18/07/2016

Promenino



Por Cecília Garcia, do Promenino, com Cidade Escola Aprendiz

Os relógios marcavam oscilantes 6° graus; o ar da boca, ao entrar em contato com o vento da cidade, formava uma espessa fumaça, nublando rostos, nublados também pela insensibilidade de quem por eles passa. O rosto de quem se amontoa em cobertores compartilhados, que há qualquer momento podem ser surrupiados, o rosto de quem não pode entrar no albergue porque deixaria os cachorros no relento. “Já vi muitos amigos morrerem de frio em 20 anos de rua”, é a legenda da foto de Emerson Chaves. Ele poderia passar invisível entre tantos moradores de rua em São Paulo, mas sua foto e história no Instagram do movimento SP Invisível tem mais de 2.200 curtidas.

“Invisível não é o cara que fotografamos no chão, ele nós vemos. Invisível é a história dele.” Foi inspirado no projeto de um amigo jornalista que o estudante de jornalismo Vinícius Martins deu início ao movimento SP Invisível, em 2014. A plataforma nasce como um espelho de narrativas de quem chama as calçadas e ruas de lar, ou quem nelas trabalha. Em duplas de alguém que escreve e fotografa, os voluntários do movimento acordam cedo e na luz alaranjada das manhãs de domingo sentam em bancos de praça e na beira das calçadas para registrar histórias como as de Emerson.

Engana-se quem pensa que os moradores são hostis como a cidade onde perambulam. Em suas andanças por São Paulo, Vinícius conheceu pessoas calorosas e dispostas a dividir suas histórias ou bater um papo que sempre acontece de maneira horizontal – é uma troca de saberes, nunca uma entrevista. “É o Vinícius conversando com o João. Eu aprendo bastante com ele, ele aprende bastante comigo e os dois saem de lá muito preenchidos”, relata o estudante. Todos os moradores autorizaram seu uso de imagem, e os que não, fica a memória da conversa, que por si já é gratificante.

Pensar o invisível urbano não é necessariamente pensar somente sobre seus moradores, mas outros habitantes que são igualmente ignorados. O SP Invisível tem histórias de imigrantes haitianos e artistas de rua, além de séries especiais sobre moradores que enfrentam o inverno ou crianças de bairros periféricos. O não visto anda de mãos dadas com o que está à margem da cobertura midiática ou da atenção pública, e por estranho que soe, ainda é necessário humanizar o humano para que essas histórias provoquem reações nas pessoas.

Divulgar as histórias deles é também revelar a fragilidade das políticas públicas que os atendem, e quão pequena é a participação desses moradores em sua formação – há um movimento de domesticação do morador, não de escuta. “A rua, como mostramos, é muito plural. Cada um de seus habitantes tem um problema e precisa de respostas múltiplas. Você não consegue colocar no mesmo albergue uma mulher que está grávida e um usuário de crack. O albergue não recebe o cachorro, não deixa o morador levar a carroça. Tem várias questões que o fazem não procurar abrigo”, detalha Vinícius.

Ainda que haja ações reais, como parcerias com ONGs para levar roupas e cobertores para os moradores, a força do movimento reside em sua potência como exemplo de cidadania digital. Divulgando as histórias em canais de grande alcance como Facebook ou o Instagram, o SP Invisível sensibiliza o espectador, e Vinícius se recorda de vários relatos que provam o quanto ele impacta as pessoas, como famílias que já encontraram algum ente desaparecido por meio do canal.

“Hoje vivemos conectados e nas telas, mas a vida real é encostar, abraçar e encontrar. O SP Invisível serve para o despertar, e é esse também o poder da internet, o despertar de uma consciência digital para uma consequência real”, conclui Vinícius. O movimento que começou pequeno em São Paulo hoje se espalha para outras cidades do país, onde voluntários se dispõem a conhecer realidades das ruas úmidas de Manaus ou ladeiras de Salvador. O combate à invisibilidade pode começar aos olhos, mas estende-se a todos os sentidos e principalmente, nos da escuta e da fala.

Assunto: Parlamento catarinense sedia seminário sobre adoção
Fonte: IBDFAM
Data: 18/07/2016



Com a proposta de discutir as perspectivas para assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar, a Assembleia Legislativa realizou, nesta sexta-feira (15), o Seminário Estadual de Adoção.

Organizado pela Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, o evento reuniu juízes da Vara da Família, Infância e Juventude, promotores de Justiça, defensores públicos, membros da OAB, profissionais relacionados às políticas de Assistência Social, Saúde e Educação, conselheiros estaduais e municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Entrevistas com:

- Silvana Moreira, advogada e presidente da Comissão Nacional de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito à Família (IBDFAM);
- Élio Braz, juiz da Vara da Infância e Juventude de Recife/Pernambuco;
- André Tuma, promotor de justiça e coordenador do Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência (PROINFANCIA).

Assunto: Seminário debate papel de Grupos de Apoio à Adoção e perfil de abrigados

Fonte: IBDFAM

Data: 18/07/2016



O trabalho voluntário realizado pelos Grupos de Apoio à Adoção (GAAs) pautou a palestra da advogada e presidente da Comissão Nacional de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Silvana de Monte Moreira, durante o seminário estadual que marca o lançamento da segunda etapa da campanha Adoção - Laços de Amor, nesta sexta-feira (15), na Assembleia Legislativa.

Atuação

Fundada em 1999, a Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Angaad) atua na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. A entidade civil, filantrópica, cultural e sem fins lucrativos congrega mais de 120 GAAs em funcionamento, com representatividade em todas as cinco regiões brasileiras. O Sudeste concentra a maioria deles, com 54%. O Sul representa 26% do total; o Nordeste, 9%; o Centro-Oeste, 6%; e o Norte, 3%. O atendimento virtual corresponde a 2%.

A associação trabalha pela garantia do direito à convivência familiar e comunitária de toda criança e adolescente institucionalizado, na perspectiva de investir em ações que desenvolvam e fortaleçam uma nova cultura de adoção no país. A atuação é baseada nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os GAAs

Os Grupos de Apoio à Adoção são formados, na maioria das vezes, por iniciativas de pais adotivos que trabalham, voluntariamente, para a divulgação da nova cultura de adoção. “A adoção saiu do armário e espero que nunca mais volte. Antes, era, geralmente, um segredo terrível. Hoje, é um orgulho falar em adoção. Minha filha, por exemplo, tem orgulho de dizer que é adotada”, comentou Silvana.

O objetivo dos GAAs é prevenir o abandono, preparar adotantes e acompanhar pais adotivos no pós-adoção, auxiliar na reintegração familiar e conscientizar a sociedade sobre a legitimidade da família adotiva.

A principal missão dos grupos, no entanto, é auxiliar na busca ativa de famílias para a adoção de menores fora do perfil comumente desejado pelos adotantes - crianças de mais idade, com necessidades especiais ou inter-raciais.

Todos os GAAs trabalham:

- por adoções legais, seguras e para sempre;
- pela garantia do direito à família para todas as crianças e adolescentes;
- pela legitimidade da família adotiva;
- por uma cultura de adoção na sociedade.

Como funcionam

Os grupos associados à Angaad realizam palestras mensais para tratar de temas como adoções necessárias (grupos de irmãos, crianças maiores, adolescentes, crianças com deficiência, portadores de HIV), aspectos jurídicos, o momento da revelação, a medicina da adoção. “A ideia é atender, da melhor maneira possível, o interesse das crianças que estão em acolhimento institucional e precisando de uma família”, disse a advogada. Outra abordagem proposta pelos grupos é a da criança idealizada e a real. “Seja gerado ou adotado, o filho assume as bases éticas, morais, culturais da família. Isso é muito interessante!”

As reuniões dos GAAs são abertas e, na maioria dos casos, contam com a presença para as Varas da Infância. Algumas delas exigem três comparecimentos em reuniões realizadas pelos grupos e outras estabelecem cinco. Porém, conforme Silvana, o entendimento da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção é de que devem ser nove encontros, em analogia à gestação natural.

Outras atividades

Essa proposta é colocada em prática no projeto “Pré-Natal da Adoção”. Trata-se de uma ação realizada em parceria com o grupo Singularizando e a Igreja Metodista do Bairro Peixoto, no Rio de Janeiro. O GAA debate com pretendentes, em nove reuniões, pontos necessários à concretização da parentalidade responsável.

Outra prática adotada é o “Pós-Natal da Adoção”. O GAA realiza 12 encontros, um a cada mês, em analogia ao acompanhamento médico do recém-nascido. “Acompanhamos a família constituída pela adoção já em guarda provisória, independentemente do perfil da criança, seja

recém-nascida ou adolescente. Esse grupo já tem dois anos e meio e essa prática tem sido replicada em vários locais no Brasil”, destacou Silvana.

As reuniões são realizadas em duas salas, uma para os pais e outra para os filhos, com portas abertas para livre trânsito. Os pais são orientados por duas psicólogas e uma advogada. Eventualmente, recebem um convidado. Já as crianças – de idades variadas – são assistidas por uma psicóloga, uma advogada, uma arteterapeuta e quatro estagiários de psicologia. O projeto é realizado em parceria com o grupo Singularizando e o Colégio Metodista Bennett.

Silvana ressaltou como atividade pioneira o “Abrigo de Portas Abertas”, também realizado no Rio de Janeiro. Os voluntários promovem a visita em entidades de acolhimento institucional de 20 casais em fase de habilitação ou renovação que já tenham participado de três reuniões no GAA. “A visita dura cerca de três horas. É um período de brincadeira, divertimento, com crianças reais. Essas pessoas passam a ter contato com crianças que realmente existem, e não com aquelas idealizadas.”

Sensibilização social

O foco do Seminário Estadual Adoção - Laços de Amor, segundo a promotora de Justiça aposentada Priscilla Linhares Albino, é a sensibilização sobre o tema. Ela frisou que a questão da adoção pode ser vista de maneira simplista por duas vertentes. Uma é a dos interessados em adotar, dos grupos parceiros de apoio à adoção e todos os envolvidos com a causa. A outra engloba o sistema de Justiça e a ala governamental. No entanto, no centro estão as crianças e os adolescentes abrigados nas unidades de acolhimento. “Eles não são números, são vidas. Por isso, todo esse movimento em Santa Catarina e quiçá no país para que deixem de ser invisíveis e passem a ter rostos, nomes, um lar, uma instituição para chamar de família. Precisamos trazer à realidade a sensibilidade.”

Na avaliação de Priscilla, não basta simplesmente buscar agilidade nos processos de adoção. “Isso realmente não é fácil, não é simples. Não basta acelerar, precisamos que sejam acelerados com eficácia, nunca deixando de lado os cuidados que esses processos exigem, pois tratam de crianças e adolescentes que esperam por uma família. Esse é o grande ponto que precisa ser compreendido pela sociedade.”

Assunto: Os avós podem ser obrigados a bancar a pensão do meu filho?

Fonte: IBDFAM

Data: 18/07/2016



Pergunta do leitor: Tive um filho, mas eu e a mãe dele nunca fomos um casal. Desejo ter a guarda compartilhada, mas ela quer pensão. Ganho 3.500 reais por mês. A mãe do meu filho é estudante, e os pais dela têm uma condição financeira muito melhor do que a minha. Já fiz um plano de saúde para meu filho. A mãe dele pode exigir pensão? Os pais dela podem ser obrigados a ajudar financeiramente?

Resposta de Rodrigo da Cunha Pereira*:

Sim, você poderá ter a guarda compartilhada de sua filha, pois isto independe do estado civil ou da conjugalidade dos pais. Aliás, desde o final de 2014 a guarda compartilhada passou a ser obrigatória.

Isto significa que deverão compartilhar o cotidiano de sua filha. Isto certamente é bom para ela. Podem combinar entre você como será esta convivência cotidiana, ou, se não for possível o juiz estabelecerá estas regras.

A obrigação de sustentar os filhos é de ambas as partes, na proporção de seus ganhos, isto é, ganha mais paga mais. Caso os ganhos dos pais sejam insuficientes para o sustento dos filhos, os avós são corresponsáveis.

Assunto: Salgueiro: MPPE promove em 10/08 encontro regional sobre saúde mental de crianças e adolescentes

Fonte: MPPE

Data: 18/07/2016



Com o objetivo de trocar informações quanto às ações de prevenção do consumo de drogas e atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes nos municípios de Araripina, Bodocó, Granito, Exu, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Parnamirim, Salgueiro, Serrita, Cedro, Terra Nova, Trindade e Verdejante, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) promove, no dia 10 de agosto pela manhã, o 4º Encontro Criando espaços na rede de atenção: Um Caps para crianças e adolescentes. O evento será realizado na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Salgueiro.

O evento é organizado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude (Caop Infância e Juventude), e dispõe de 80 vagas voltadas para promotores de Justiça, conselheiros tutelares, conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, conselheiros de Políticas sobre Drogas e representantes das secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Lazer dos municípios participantes.

De acordo com o Caop Infância e Juventude, o encontro regional tem por objetivo auxiliar membros do MPPE, gestores públicos e conselheiros de direitos no enfrentamento ao uso e dependência de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes. Para atingir esse objetivo, os órgãos vão articular iniciativas de prevenção ao uso de drogas, restrição da venda dessas substâncias e garantia do serviço de atendimento especializado aos dependentes e usuários de drogas.

O encontro também busca contribuir para a adequação da rede de atenção em saúde mental dos municípios aos princípios e normativas preconizados para crianças e adolescentes, assim

como para a articulação dos atores envolvidos e para o controle social da implementação das políticas públicas em saúde mental.

A programação, que vai das 7h30 às 12h, inclui a abertura, com o promotor de Justiça Érico de Oliveira Santos, as apresentações do coordenador do Caop Infância e Juventude, promotor de Justiça Luiz Guilherme Lapenda, e das Normativas para a estruturação da rede de atenção em saúde mental, pelo servidor Gilberto Lúcio da Silva, e a palestra Ativando a rede: a experiência de Arcoverde/Ibimirim, com a promotora de Justiça Aline Daniela Florência Laranjeira.

O encontro regional também contará com a exibição de vídeos, uma plenária para debate e a realização de uma oficina de mapeamento da rede municipal (equipamentos, programas, ações), seguida da apresentação dos relatórios pelas equipes de cada comarca.

Os interessados em participar do encontro devem entrar em contato com o Caop Infância e Juventude pelo telefone (81) 3182.7419 ou pelo e-mail caopij@mppe.mp.br.

Assunto: MPPE e secretários municipais de Educação debatem resultados do projeto Abraçando a Escola

Fonte: MPPE

Data: 18/07/2016



Unir esforços para aproximar instituições da comunidade escolar e promover uma mudança no ambiente das unidades de educação são algumas das propostas do projeto Abraçando a Escola, uma iniciativa do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Com o intuito de avaliar as medidas já aplicadas nas escolas e debater novas estratégias, secretários de Educação e representantes dos governos municipais de Arcoverde, Limoeiro, Nazaré da Mata, Moreno e Garanhuns vieram ao Recife para uma reunião com o secretário-geral do MPPE, Aguinaldo Fenelon, e o gerente de Programas e Projetos do MPPE, José Arnaldo Guimarães, na sexta-feira (15). Participam ainda do projeto os municípios do Recife e Bom Jardim.

Os secretários falaram sobre a repercussão positiva do projeto em seus municípios. Em Arcoverde, no Sertão pernambucano, o projeto foi ao encontro do planejamento pedagógico educacional e estimulou professores e gestores da Escola Severina de Souza Bradley, na zona rural, a buscarem novas parcerias. “Logo após a primeira palestra sobre corrupção, os estudantes reagiram tão bem que outras palestras já serão programadas para a unidade de ensino”, enfatizou o secretário de Educação do município, Kerley Lafayette.

A reação positiva dos alunos também ocorreu em Garanhuns, na Escola Miguel Arraes, localizada em uma área vulnerável no município. “O assunto corrupção foi bem debatido e possivelmente levaremos o Ministério Público a outras unidades de ensino em Garanhuns”, comentou a secretária de Educação Janecélia Marins Campos.

Já em Moreno o projeto impulsionou outras ações, com a participação ativa dos estudantes, que se tornaram agentes multiplicadores. “Com o surto das arboviroses, promovemos palestras sobre como evitar a proliferação do mosquito transmissor. Os alunos foram às ruas

sensibilizar a população”, explicou Ricardo Góes, secretário de Educação de Moreno, acrescentando que a aproximação com o Ministério Público ajudou na indução de políticas públicas no município.

Para o secretário-geral do MPPE, Aguinaldo Fenelon, o Abraçando a Escola “promove um diálogo permanente com a gestão municipal, e além disso, aproxima a comunidade escolar e representantes das instituições que trabalham em prol da cidadania”, enfatizou.

Sobre o Abraçando a Escola – o projeto foi lançado em 2015, no bairro recifense de Santo Amaro, em parceria com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretaria de Defesa Social (SDS), Secretaria Estadual de Educação e Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (OAB –PE).

Dentre as ações do projeto estão previstas a realização de palestras motivacionais e sobre temas importantes e atuais, como bullying, disciplina escolar e atos infracionais, prevenção ao uso das drogas e racismo e o extermínio da juventude negra.

Assunto: Justiça Restaurativa é tema de curso da Escola Nacional da Magistratura

Fonte: AMB

Data: 15/07/2016



A Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, promoverá nos próximos dias 21 e 22 de julho o curso Justiça Restaurativa. O evento será no auditório do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) e tem a coordenação do assessor da presidência e coordenador da Comissão Científica de Justiça Restaurativa da AMB, Leoberto Brancher. As inscrições estão abertas até esta terça-feira (19) no site www.enm.org.br.

O encontro seguirá a dinâmica de grupos de trabalho com facilitadores, trocas de experiências e propostas de melhoramento da prática. O tema de abertura será Justiça Restaurativa no Brasil: de 2005 até a Resolução número 225 do Conselho Nacional de Justiça, com a participação do conselheiro do CNJ Bruno Ronchetti.

O diretor-presidente da ENM/AMB, Cláudio dell'Orto, destaca que a instituição está empenhada na formação de orientadores-especialistas em Justiça Restaurativa. “O objetivo é que tenhamos multiplicadores do assunto”, pontua.

Entre os magistrados facilitadores, estarão presentes Joseneide Pamplona, do Tribunal de Justiça do Pará; Hugo Zaher, da Vara da Infância e Juventude de Patos, na Paraíba; Marcelo Salmaso, do Tribunal de Justiça de São Paulo, entre outros.

Sobre a Justiça Restaurativa

Em funcionamento há cerca de 10 anos no Brasil, a prática da Justiça Restaurativa tem se expandido pelo país. Conhecida como uma técnica de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores, a técnica tem iniciativas cada vez mais diversificadas e já coleciona resultados positivos.

A Justiça Restaurativa é incentivada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Protocolo de Cooperação para a Difusão da Justiça Restaurativa, firmado em agosto de 2015 com a AMB.

Assunto: Sem estrutura, Vara da Infância e Juventude acumula 4 mil processos

Fonte: G1

Data: 19/07/2016



O andamento de processos que envolvem abuso sexual contra crianças e adolescentes na Justiça do Piauí continua cada vez mais difícil. São cerca de quatro mil processos em andamento só na 1ª Vara da Infância e Juventude em Teresina, que sofre com a falta de estrutura.

A juíza 1ª Vara Infância e Juventude, Maria Luiza de Moura, afirma que a estrutura do órgão não atende toda a demanda. Segundo ela, o número de processos era bem maior do que o existente, devido ao mutirão realizado no início do ano e a contribuição de uma juíza auxiliar, que atende de segunda a sexta-feira nas audiências.

"O problema é que além do movimento de uma vara comum, também temos um apêndice, que são as ações do Conselho Nacional de Justiça, com relação à proteção de crianças e adolescentes, preparação dos pretendentes a adoção, audiências concentradas nos abrigos e mutirões conciliações. É uma demanda que não dá para funcionar com um só juiz", declarou a juíza.

Para cumprir a demanda, Maria Luiza acredita que seria necessária a contratação de mais servidores. Eles ajudariam principalmente mandados de intimações das partes, na produção de relatórios dos processos e mutirões.